



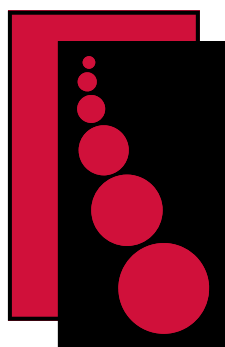
INFOQUADROS

NOVEMBRO

N.º 11/2009

Seminário - Outubro de 2009

“Com os cidadãos: uma Administração para o futuro”



a transparência a que temos direito pag. 2/3
sabia que pag. 9
formação em Viseu e Coimbra: alteração datas pag. 11
eleições no ste pag. 12



ASSIM VAI, E MAL, A TRANSPARÊNCIA A QUE TEMOS DIREITO!

A despesa do Estado com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) está descontrolada!

Despesa dos FSA com “aquisição de bens e serviços correntes” aumentou quase 9% até Julho de 2009, correspondendo a um acréscimo de 350 milhões de euros.

Como o principal organismo a contribuir para o Total da despesa em “aquisição de bens e serviços” na Administração Central diz respeito aos FSA (Fundos e Serviços Autónomos) que conta com 85% com destaque para a importância da componente dos “serviços de saúde” reflectindo os pagamentos dos serviços prestados no âmbito

dos contratos-programa celebrados com os Hospitais Empresarializados, convém referir, a este propósito, que a despesa com “aquisição de bens e serviços” dos FSA teve um crescimento de 8,9% em termos homólogos até Julho de 2009 (+350 milhões de €), comportamento esse que pode indiciar que esta despesa pode estar de certa forma descontrolada por ter uma evolução muito superior à registada no ano de 2008 (+0,4%)

Despesa da Administração Central com a Aquisição de Bens e Serviços

| Aquisição de bens e serviços | Até Jul 2009 | Até Jul 2008 | Variação homóloga | |
|-------------------------------|--------------|--------------|-------------------|------|
| | milhões € | | milhões € | % |
| FSA | 4284,6 | 3934,4 | 350,2 | 8,9% |
| Serviço Nacional Saúde | 3764,1 | 3423,6 | 340,5 | 9,9% |

Fonte: Boletim Informativo da DGO de Julho de 2009.

ASSIM VAI, E MAL, A TRANSPARÊNCIA A QUE TEMOS DIREITO!

Cont.pag.2

Despesa da Administração Central com “aquisição de bens e serviços correntes” aumentou cerca de 8% até Julho de 2009, correspondendo a um acréscimo superior a 370 milhões de euros.

Assim, se adicionarmos a despesa com “Aquisição de Bens e Serviços” do Estado e dos FSA até Julho de 2009, obtemos um acréscimo de mais de 370 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 8,2% em termos homólogos

Para além desta despesa estar a evoluir a um ritmo muito superior ao verificado no ano de 2008 (+1%) poderá pôr em causa o montante previsto para o total do ano de 2009 (cerca de 8942 milhões de euros) que corresponderia a uma quase estabilização face a 2008, cálculos feitos com a inclusão da cativação de certas rubricas dentro da aquisição de serviços (em 20%) prevista na Lei do OE-2009 de 31 de Dezembro de 2008.

Despesa da Administração Central com a Aquisição de Bens e Serviços

| Aquisição de bens e serviços | Até Jul 2009 | Até Jul 2008 | Variação homóloga | |
|------------------------------|--------------|--------------|-------------------|------|
| | milhões € | | milhões € | % |
| Administração Central | 4911,2 | 4537,8 | 373,4 | 8,2% |

Fonte: Cálculos feitos com base no Boletim Informativo da DGO de Julho de 2009.

O peso da aquisição de serviços da Administração Central deve aumentar para cerca de 4,1% do PIB em 2009 (3,2% em 2005).

Para se ter uma ideia da evolução da despesa da

Administração Central em Aquisição de Bens e Serviços nos últimos anos e do seu peso crescente na economia, juntamos alguns quadros-resumo figurados abaixo.

Despesa da Administração Central (Estado + FSA) com a Aquisição de Bens e Serviços

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Em Milhões de euros | | | | | | |
| Aquisição de bens e serviços | 4680,8 | 7998,0 | 7945,3 | 7764,1 | 8885,4 | 8971,8 | 8942,0 |
| Aquisição de serviços | 2577,8 | 4390,6 | 4773,9 | 5165,6 | 6390,2 | 6596,7 | 6722,2 |
| | Em % do PIB | | | | | | |
| Aquisição de bens e serviços | 3,4% | 5,5% | 5,3% | 5,0% | 5,4% | 5,4% | 5,5% |
| Aquisição de serviços | 1,9% | 3,0% | 3,2% | 3,3% | 3,9% | 4,0% | 4,1% |

Fonte: CGE até 2008 e OE-2009 p/2009. * Previsão.

Despesa da Administração Central com a Aquisição de Bens e Serviços

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|------------------------------|------------------------|-------|-------|-------|------|-------|
| | Taxa de Variação, em % | | | | | |
| Aquisição de bens e serviços | 70,9% | -0,7% | -2,3% | 14,4% | 1,0% | -0,3% |
| Aquisição de serviços | 70,3% | 8,7% | 8,2% | 23,7% | 3,2% | 1,9% |

Fonte: CGE até 2008 e OE-2009 p/2009. * Previsão.

SEMINÁRIO 28 E 29 DE OUTUBRO COM OS CIDADÃOS: UMA ADMINISTRAÇÃO PARA O FUTURO

O STE levou a efeito, nos dias 28 e 29 de Outubro, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), um Seminário subordinado ao tema: “Com os Cidadãos: Uma Administração para o Futuro”

Quais as ideias-chaves destes dois dias de trabalho?

1. Em primeiro lugar há que pôr fim às permanentes reestruturações da Administração por cada Governo que inicia funções.

Reestruturações que subvalorizam as funções do Estado e pretendem erradamente a sujeição da Administração Pública às regras de mercado.

Reestruturações que promovem a criação de Institutos e de Entidades Públicas Empresariais, aplicando umas disposições aos serviços públicos e outras às ditas entidades de acordo com meras conveniências conjunturais.

Reestruturações que potenciam a proliferação de uma Administração Pública paralela com o empoamento dos Gabinetes Ministeriais em detrimento das competências dos diversos serviços.

Pretendemos, tão só, Serviços Públicos estáveis, com a informação necessária e disponível.

2. Mas Serviços Públicos que respondam ao que os cidadãos deles esperam,

Serviços Públicos comandados unicamente pelo interesse público, com independência e profissionalismo,

Carecem de uma direcção independente.

Para isso há que promover a alteração do Estatuto do Pessoal Dirigente:

- Aplicando-o a todos os Serviços Públicos independentemente da respectiva natureza;
- Remunerando adequadamente o exercício das respectivas funções;
- Promovendo o recrutamento dos dirigentes por concurso que garanta a escolha dos que possuam as habilitações, a experiência e a formação adequadas;
- Perspectivando uma carreira que dê garantias de independência e de desempenho satisfatório.

Serviços públicos eficientes e de qualidade dependem claramente da qualidade dos seus dirigentes.

3. Mas a Administração Pública precisa de trabalhadores qualificados e motivados.



E para isso os trabalhadores têm de ter perspectivas de carreira profissional, função das suas qualificações e da eficiência e eficácia com que desempenham as respectivas funções.

É imperativo que se construam carreiras que assegurem a tradução do crescimento profissional dos trabalhadores e que constituam os vectores do serviço público independente.

4. A avaliação de desempenho é, por isso, um factor muito importante para a motivação dos trabalhadores.

Mas isso só pode acontecer se em simultâneo funcionar a avaliação dos serviços pelos cidadãos e pelos trabalhadores, bem como a dos dirigentes com, também, a intervenção dos dirigidos.

E, para que a avaliação de desempenho dos trabalhadores tenha credibilidade há que assegurar:

- Um processo de nomeação dos melhores para o exercício das funções dirigentes;
- A eliminação das quotas.

Até lá o actual processo de avaliação de desempenho deve ser suspenso.

5. Uma nova Administração carece de uma aposta na transparência.

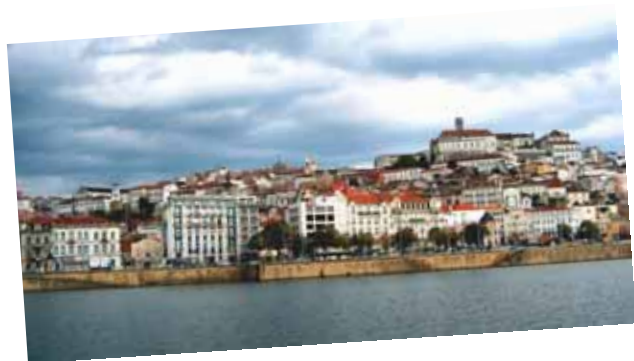
E isso só se consegue com mais participação.

Uma participação que permita a resolução dos problemas que existem nos diversos serviços e Ministérios em tempo real, com a participação dos trabalhadores através das organizações sindicais que os representam.

Face ao medo que se sente nos trabalhadores e ao frequente assédio de que muitos são alvo, há que procurar junto do Governo a promoção de reuniões que permitam ultrapassar essas situações sem recurso às dezenas de cartas e acções judiciais que desgastam e desmotivam.

Só apostando nisso será possível afastar o medo que grassa e sustenta a degradação das condições de trabalho.

6. O STE vai abordar o Governo e os Partidos Políticos sensibilizando-os para as alterações que iremos propor e delas dar também conhecimento ao



NOTÍCIAS DE COIMBRA

SECRETARIADO REGIONAL DO STE

É com alguma satisfação que vos damos conta da criação nesta nossa cidade de Coimbra, também apelidada de cidade do conhecimento, devido à sua não menos famosa universidade, no passado dia 31 de Outubro, da UGT Coimbra.

Para os menos atentos, a estas temáticas sindicais, recordamos que por decisão já tomada a algum tempo atrás, e decorridas que estão já três décadas sobre a constituição da União Geral dos Trabalhadores UGT, a mesma entendeu descentralizar a sua participação de actuação, pretendendo desta forma situar-se e estar mais perto dos reais problemas laborais dos trabalhadores, bem como dos seus locais de trabalho.

Com esta atitude, lança ainda a central, uma oportunidade e um desafio aos sindicatos, neste caso com representação no distrito de Coimbra, para um estreitar de relações, cooperação e concertação de actuações, de forma a reforçar o diálogo, negociação, e eventualmente representações de defesa de ideias.

Ao pretender-se que sejam os sindicatos, os órgãos mais representativos da sociedade civil, e que assumam um papel nuclear e cada vez mais representativo na defesa individual e colectiva dos grupos representados, originando uma sociedade mais justa equilibrada e solidária, também é verdade que os seus corpos sociais e organizações a que os mesmos possam aderir, devem dentro do possível poder estar o mais perto dos seus elementos. Assim também entendemos nós, o propósito da criação da UGT Coimbra.

Nesta perspectiva, e nos termos do nº 4 do art.º 52 do projecto de estatutos da UGT Coimbra, aprovado pelo secretariado nacional da UGT, foi convocado o congresso fundador da UGT Coimbra, que reuniu no dia 31 de Outubro de 2009, no Hotel D. Luís em Coimbra com uma ordem de trabalhos que abaixo se descreve:

- 1 - Eleição da mesa do Congresso Fundador,
- 2 - Aprovação do Regimento Fundador,
- 3 - Decisão sobre a constituição da União,

4 - Discussão e votação dos estatutos e da declaração de princípios,

5 - Discussão e votação de programa de acção da UGT Coimbra,

6 - Decisão sobre a composição do conselho fiscal,

7 - Decisão sobre as quotizações sindicais,

8 - Eleição dos órgãos estatutários

Todos estes pontos foram aprovados por votação em unanimidade, com a excepção do ponto oito o qual obteve um voto em branco no seu somatório.

Este ponto oito foi composto pela apresentação de uma única lista candidata, e constituída por candidatos ao congresso, tendo a eleição dos órgãos estatutários da UGT Coimbra, decorrido sem incidentes, e ficando os sindicatos que constituem a UGT Coimbra assim distribuídos:

Secretariado

Presidente pertencente ao sindicato dos bancários, e mais dez sindicatos, aparecendo a representação do nosso STE, logo no quarto lugar efectivo,

Mesa do Congresso e Conselho Geral

Presidente pertencente ao sindicato dos professores, mais oito sindicatos, aparecendo o nosso representante do STE, com uma vice-presidência e em terceiro lugar,

Conselho Fiscalizador de Contas

Presidente pertencente ao sindicato da administração pública, mais quatro sindicatos, aparecendo a representação do STE em segundo lugar efectivo.

Foram então encerrados os trabalhos deste primeiro congresso pelas 16.30 horas, dando-se de seguida início a um seminário onde foram debatidos temas relacionados com o desemprego na região centro. Desde a primeira hora que, de uma forma atenta, segura, e consciente do trabalho envolvido os elementos do secretariado de Coimbra do STE, se bateram e tentaram representar e deixar bem marcada a representação dos interesses do nosso sindicato, nesta nova estrutura agora criada em Coimbra, e de seguida em outras capitais de distrito. Pensamos, que apesar do trabalho, só estando e participando nos diferentes órgãos criados podemos acompanhar, sugerir e ajudar a acrescentar valor, no muito que há a fazer a bem das melhorias das condições de trabalho de todos.

A PALAVRA AOS ASSOCIADOS

AS GRANDES DECISÕES

As grandes decisões sobre quem manda em Portugal e na Europa estão prestes a ser tomadas.

Todos os europeus sentem que importa responder a uma questão decisiva: a Europa quer liderar a configurar a globalização com base nos nossos valores e nos nossos interesses, ou preferimos deixar a outros a iniciativa aceitando a ordem mundial por eles criada?

No caso português em particular há a sensação insuportável de que a maioria absoluta é uma maioria absolutista, em lugar onde o discurso político não é feito para enunciar a verdade, mas para criar esperança e adesão. Como é possível fazer campanha eleitoral para as eleições legislativas quando não há esperança nas pessoas e no país está farto de promessas.

Ocorre-me o pensamento do filósofo chinês Confúcio que prescreve: verifica se o que prometes é justo e possível, pois promessa é dívida.

Isto é válido mutatis mutandis a nível da Europa. Não temos possibilidade de avançar, de ter um país melhor, sem desenvolvimento económico, sem procura do pleno emprego, sem crescimento, sem a valorização do trabalho e sem uma outra política de rendimento.

Importa também uma política fiscal radicalmente diferente da que tem sido executada, pois ninguém entende, por exemplo que um pequeno ou médio empresário pague o IRC a uma taxa mais alta do que a banca ou que um trabalhador por conta de outrem pague substancialmente mais de IRS do que o empregador que normalmente declara o salário mínimo nacional.

Sem os off shores a banca pagaria impostos iguais.

Quando foi a cimeira dos países mais desenvolvidos saiu de lá um rol de declarações de boas intenções. A verdade é que nenhuma medida das prometidas no campo de regulação e da supervisão avançaram. Por exemplo: é ou não possível aplicar às transacções bolsistas uma taxa que pode beneficiar o nosso tecido produtivo? É ou não possível quer a factura da electricidade baixa para beneficiar as famílias e as empresas?

Sócio devidamente identificado



A PALAVRA AOS ASSOCIADOS

A GERAÇÃO NI NI

Os espanhóis vivem preocupados com a geração ni ni – ni trabaja ni estudia.

Os portugueses também deviam estar.

Com tantas dificuldades na procura de uma actividade profissional estável, na qualificação dos jovens, na construção de um futuro melhor importaria uma melhor responsabilização de todos os agentes intervenientes no processo da educação e formação dos jovens.

Em primeiro lugar dos pais. Trata-se dos seus filhos.

Cabe-lhes ajudá-los a obter uma educação exigente que os prepare para uma actividade profissional compensadora capaz de prover à sua realização profissional e à construção de uma vida melhor com bases sólidas de empregabilidade.

Em segundo lugar dos



professores que serão ou deverão ser um exemplo no trabalho, na formação do ser humano, no comportamento. Por fim dos alunos que devem ter presente que consomem dinheiro dos contribuintes, são o futuro do país. A escola deve ser um lugar de aprendizagem e não um local de ferra. Lembrar que o estudo é o trabalho deles durante a sua formação. Têm de entender que no mundo moderno não basta passar de ano, antes implica auto-exigência e formação contínua. E ainda dos empresários que não podem ver o recrutamento dos jovens como uma forma de dispor de mão-de-obra barata e precária.

Sócio devidamente identificado

DEPUTADOS DO REINO UNIDO

É TAL E QUAL COMO EM PORTUGAL!!! AFINAL SOMOS UM PAÍS RICO!

Não é de estranhar, mas é interessante saber...como tudo é diferente.....

Os deputados do Reino Unido, na "Mãe dos Parlamentos",

- 1. Não têm lugar certo onde sentar-se, na Câmara dos Comuns;*
- 2. Não têm escritórios, nem secretários, nem automóveis;*
- 3. Não têm residência (pagam pela sua casa em Londres ou nas províncias); detalhe: e pagam, por todas as suas despesas, normalmente, como todo e qualquer trabalhador;*
- 4. Não têm passagens de avião gratuitas, salvo quando ao serviço do próprio Parlamento. E o seu salário equipara-se ao de um Chefe de Secção de qualquer repartição pública.*

Em suma, são SERVIDORES DO POVO e não PARASITAS do mesmo.

A propósito, sabiam que, em Portugal, os funcionários não Deputados que trabalham na Assembleia têm um subsidio equivalente a 80% do seu vencimento?

Isto é, se cá fora ganhasse 1000,00EUR lá dentro ganharia 1800,00EU. Porquê?

Profissão de desgaste rápido?!... E porque é que os jornais não falam disto?!...

Sócio devidamente identificado

ENTÃO E EU?

Da reforma da saúde louvam-se as USF (unidade de saúde familiar) de constituição multifuncional.

Dizem-se maravilhas da sua prestação de cuidados de saúde. Que atendem um em cada quatro portugueses dos quais 293 mil não tinham até agora,

médico de família. Diz-se que a satisfação dos utentes é evidente.

Então e eu que não tenho nem USF nem médico de família entro em que estatística e qual é o meu grau de satisfação?

Sócio devidamente identificado



LEGISLAÇÃO - OUTUBRO 2009

Dia 1

P 1126/09 – Regulamenta o alargamento do procedimento especial de aquisição, oneração e registo de imóveis a todos os tipos de prédios e ao negócio jurídico de dação em pagamento

Dia 2

DL 277/09 – Aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de A. Resíduos

DL 278/09 – 2ª alteração ao Código de Contratos Públicos - DL 18/2008 de 29-01

Dia 6

P 1172/09 – Regula a entrega em documento electrónico de actos relativos a organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, e de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho

DL 280/09 – Cria o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE, e aprova os respectivos estatutos

DL 281/09 – Cria o Sistema nacional de Intervenção Precoce na Infância

Dia 7

DL 285/09 – Define no âmbito do regime geral da Segurança Social, e do regime da protecção social convergente, a modalidade, os termos, os procedimentos e os efeitos da transferência dos direitos à pensão prevista no artº 11º do anexo VIII do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias

Dia 8

DL 285/09 – Estabelece o regime de pré-aposentação e de aposentação do pessoal policial da PSP e do corpo da GNR

Dia 12

L 115/09 – Aprova o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

DL 291/09 – 2ª alteração ao DL 202/96, que estabelece o regime de avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência, para efeitos de acesso às medidas e benefícios legais

Dia 13

FL 295/09 – Altera o Código de Processo do Trabalho

Dia 14

DL 297/09 – Aprova o estatuto dos militares da GNR

DL 297/09 – Aprova o estatuto remuneratório dos militares da GNR

DL 299/09 – Aprova o estatuto do pessoal policial da

PSP

Acórdão do STA nº 4/09 – Uniformiza a jurisprudência sobre o prazo limite em que pode ser exigida a reposição das quantias indevidamente recebidas pelos funcionários a título de remunerações de trabalho, fixando-o em 5 anos a contar do recebimento

DLR 17/09/A – Procede à harmonização do RVCR dos trabalhadores que exercem funções públicas na Administração pública da RAA

Dia 19

P 1271/09 – Aprova os estatutos do IASFA, IP

P 1272/09 – Estabelece a estrutura nuclear do Instituto de Defesa Nacional e respectivas competências

P 1273/09 – Idem da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

P 1274/09 – Idem da Secretaria-Geral do MDN

P 1275/09 – Idem da Direcção-Geral de Armamento e Infra-estruturas de Defesa

P 1276/09 – Idem da Inspeção-Geral da Defesa Nacional

P 1277/09 – Idem da Direcção-Geral de Política da Defesa Nacional

DL 300/09 – Aprova a orgânica da Polícia Judiciária Militar

Dia 21

P 1315/09 – Estabelece o valor da comparticipação das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência para efeitos de determinação dos montantes do subsídio de ensino especial

Dia 22

DL 302/09 – 2ª alteração ao DL 28/04, que estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial da Segurança Social

DL 303/09 – Cria o Hospital Litoral Alentejano, EPE, e aprova os respectivos estatutos

Dia 23

DL 305/09 – Estabelece o regime de organização dos serviços das autarquias locais

Dia 30

P 1379/09 – Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas a que se refere o artigo 11º da lei 46/85 de 20-09

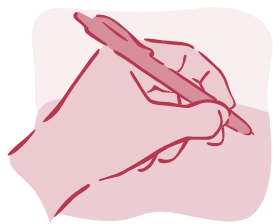
Sabia que...

NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DEVERÁ TER EM ATENÇÃO

Por: Pedro Dominguez



| Fases | Momento | Patologias | Soluções |
|--|-------------------------------|---|--|
| Planeamento | Novembro e Dezembro | Não foi promovido | Considerar o facto na reclamação da avaliação, desde que essa omissão possa afectar a contratualização de objectivos e a fixação de competências |
| Auto-avaliação | 1.ª quinzena Janeiro | Não foi solicitada | O avaliado deve entregá-la |
| Avaliação | | Não se fez | O avaliado não participa nesta fase pelo que nada poderá fazer-se |
| Harmonização | 2.ª quinzena Janeiro | Não ocorre ou foi mal conduzida | Requerer as actas do CCA para análise |
| Contratualização de objectivos e fixação de competências | Fevereiro | Não há reunião | Requerer ao avaliador, ao dirigente máximo ou ao Ministro |
| | | Não foram reduzidos a escrito os indicadores de medida e critérios de superação | Solicitar a sua redução a escrito perante o avaliador e, sendo caso disso, perante o dirigente máximo |
| Validação de notas | Após as reuniões de avaliação | Não houve reunião | Requerer as actas do CCA para análise |
| | | Houve reunião e não validaram certas notas | Pedir a apreciação da Comissão Paritária |



Opinando...

Por: Odete Santana



QUANDO CERCA DE 20% DA POPULAÇÃO ACTIVA É VÍTIMA DE PRECARIEDADE SOB A FORMA DE MÚLTIPLAS FÓRMULAS DE RELAÇÃO ATÍPICA DE TRABALHO É QUE SE TORNA CLARO PARA A SOCIEDADE E PARA OS PORTUGUESES O VALOR DA ESTABILIDADE E DA LEGALIDADE NO ACESSO AO EMPREGO.

Numa crónica de Vasco Pulido Valente dava-se conta do mau estado do país quando apontava o desfasamento entre as previsões do Governo e os resultados obtidos em 2008. Dizia ele que em Dezembro de 2007 o Governo previa um crescimento de 2,2%, em Maio desceu a previsão para 1,6% e em Outubro para 0,8%. E em Janeiro de 2009 para 0,3% sendo que afinal foi zero.

Mais dizia que no meio da desgraça da economia alguém apontava como positivo o facto de 900 000 trabalhadores do Estado “não poderem ser despedidos como qualquer vagabundo da privada” e ainda que o ideal era que a população inteira entrasse de uma vez para o funcionalismo público, com vínculo e aumento.

Destas palavras se deduz quanta raiva sempre se destilou quanto aos trabalhadores da administração pública e à sua estabilidade de trabalho. Hoje quando cerca de 20% da população activa é vítima de precariedade sob a forma de múltiplas fórmulas de relação atípica de trabalho é que se torna claro para a sociedade e para os portugueses o valor da estabilidade e da legalidade no acesso ao emprego público ou privado e que esta é um valor a defender. Desde Setembro de 2008 há mais 60 mil novos desempregados por mês.

Porque só com uma aposta numa agenda de mudança, subscrita num contrato de confiança colectiva se conseguirá inverter a situação. Os dados não podem ser mais claros. Saber ler os sinais e actuar rapidamente é a solução.

É que importa reconhecer não há uma cultura empreendedora em Portugal. A matriz comportamental da população activa do nosso país é avessa ao risco, à aposta na inovação e à partilha de uma cultura dinâmica.

São, todavia, os alegados 900 000 trabalhadores que, alegadamente, não podem ser afastados como

vagabundos o suporte da economia nacional e do país. Porque produzem – são a estrutura das políticas do país algo não tangível como porcas e parafusos, donde esta imaterialidade nunca foi bem entendida e, no entanto, está no cerne do que é exigível a uma administração pública independente e qualificada e justifica a estabilidade funcional precisamente porque deve estar ao serviço dos cidadãos de forma contínua e independente da força política no poder, paga impostos e faz rolar a economia. Estes são trabalhadores por conta de outrem usualmente decapitados de remunerações motivadoras quer no contexto nacional quer internacional.

Aqui trago ao debate outro valor a considerar o de seis milhões de Portugueses que de forma permanente e contínua dependem do Estado seja ao nível dos salários ou outras prestações sociais, pensões, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção e outros.

Esta estimativa é apresentada pelo Dr. Medina Carreira e explica a rigidez orçamental. Importa ser claro e transparente.

Mas os que não largam este osso lembramos as palavras do poeta romano Horácio – devido à cobiça invejosa poucos são os que podem dizer que tiveram uma vida feliz.

Coisa muito diferente são os bloqueios institucionais e estratégicos que têm contribuído para a queda do investimento estrangeiro, a fuga dos talentos e o desvio de capitais.

O caso de Portugal é uma realidade endémica que o Estado e a sociedade civil não conseguem resolver.

Este facto, porém, não nos impede de defender um mercado de trabalho regulado, de rosto humano, mas eficaz.

O que não é aceitável é o quadro actual de existência de mais de 500 mil desempregados e 400 mil precários sem uma relação estável de trabalho.



PROTOS - STE

VIAGENS AUCHAN FARO

Os associados e colaboradores do STE poderão usufruir de descontos em programas de viagens organizadas pela Marsans ou outros operadores por ela recomendados e descontos sobre pacotes de viagens em promoção.

Mais informações em: www.ste.pt

Local e contactos:

Fórum Algarve - Sítio da Má Vontade EN
125 - 8000-126 Faro

MUNDITRAVEL LISBOA

Este protocolo abrange associados do STE, colaboradores e familiares, que podem beneficiar de descontos em vários Operadores Turísticos, em programação própria da Mundi Travel, feita à medida para o cliente mediante os acordos com agentes em todo o Mundo, em Rent a Car em Portugal Continental e Ilhas, em hotelaria Nacional e Internacional e em tarifas aéreas a preços competitivos.

Mais informações em: www.ste.pt

Local e Contactos: Eduardo Norberto - Mundi Travel -
Operadores Turísticos, SA

Av. Engº Duarte Pacheco – Amoreiras Torre 2 – 14º F, 1070-
102 Lisboa

Tel.: 21 380 41 20; Fax: 21 386 64 63

FORMAÇÃO: ALTERAÇÃO DE DATAS

Viseu - A formação "PRÁTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS" será realizada de 09 a 11 de Dezembro.

Coimbra - A formação "GESTÃO POR OBJECTIVOS" será realizada de 14 a 16 de Dezembro.

Para estas datas poderão inscrever-se os sócios que assim o desejarem.





Eleições no STE

Em 1 de Outubro o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocou eleições para os corpos gerentes para o mandato de 2009-2013, para 3 de Dezembro p.f.

A Assembleia funcionará:

- Na sede do STE - Rua Braamcamp, 88 – 2º Dto, em Lisboa, das 18.00 às 20.00H;
- No Secretariado Regional do Porto - Rua da Alegria, 248 – 1º, no Porto, das 18.00 às 20.00H;
- No Secretariado Regional de Coimbra - à Av.ª Fernão de Magalhães, 676 -3.º sala 1, em Coimbra, das 18.00 às 20.00H;
- No Secretariado Regional de Évora – Rua de S. Domingos, 21, em Évora, das 18.00 às 20.00H
- No Secretariado Regional dos Açores - Rua do Rêgo, 24-1.º, em Angra do Heroísmo, das 18.00 às 19.00H.
- No Secretariado Regional da Madeira - R. Câmara Pestana, 6, 1.º, no Funchal, das 18.00 às 19.00H.

É permitido o voto por correspondência nos termos dos Estatutos.

A Direcção



**SINDICATO DOS QUADROS
TÉCNICOS DO ESTADO**

SEDE:

R. Braamcamp, 88-2º Dtº-

1269-111 LISBOA

Telef.: 21 386 00 55

Fax: 21 386 07 85

E-Mail: ste@mail.telepac.pt

DEPARTAMENTO

DE FORMAÇÃO:

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-2º C

1050-117 LISBOA

Telef.: 21 317 20 99

Fax: 21 317 07 02

PORTO

R. da Alegria, 248 - 1º Esq.

4000-034 PORTO

Telef.: 22 200 46 30

Fax: 22 200 46 29

E-mail: steporto@mail.telepac.pt

COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães,

Nº 676 - 3º andar - sala 1

3000-174 COIMBRA

Telef.: 239 838 176

Fax: 239 82 51 86

E-mail: stecoimbra@iol.pt

ÉVORA

Rua de S. Domingos, 21

7000 Évora

Tel. e Fax: 266 74 47 71

961724137/47

E-mail: ste.evora@gmail.com

AÇORES

Rua do Rego, 24 - 1º,

9700-161 ANGRA DO HEROÍSMO

Telef. e Fax: 295 217 079

E-mail: steacores@post.com

MADEIRA

R. Câmara Pestana, 6

1º andar, Sala D

9050-017 FUNCHAL

Telef.: 291 226 023

Fax.: 291 226 028

ALGARVE

Rua Vasco da Gama, 54, 2º Dto.

8000 FARO

E-mail: ste.algarve@gmail.com

VISEU

E-mail: ste.viseu@sapo.pt

Telem.: 961 879 731

Directora:

Maria Teresa Rosa

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 18.000 exs.